

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ANFIP

Governo Lula estuda limitar dedução com saúde no Imposto de Renda 3

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
ANFIP

Imposto de Renda: quem ganha dois salários mínimos voltará a pagar; entenda por quê 5

O TEMPO ONLINE - BELO HORIZONTE - MG
ANFIP

Imposto de Renda pode ter teto para desconto de despesa médica; entenda (Mudança) 7

MONTES CLAROS.COM
ANFIP

Pessoas que recebem até 2 salários mínimos voltarão a pagar Imposto de Renda: 13,80 reais por mês, no total de 165,59 reais ao ano 9

JORNAL EXPRESSO NEWS - AFOGADOS DA INGAZEIRA - PE - NOTÍCIAS
ANFIP

Suspensa pela Receita, isenção a pastores já teve impacto de R\$ 300 milhões, diz TCU 10

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

TCU: Benefício a pastores já teve impacto de R\$ 300 milhões 12

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita revoga isenção sobre pagamentos para pastores 13

A TRIBUNA - ES - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alívio a pastores custou 300 milhões, diz TCU 14

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Após Remessa Conforme, há aumento de arrecadação 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

IFI mantém projeção do PIB 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Déficit da Previdência custa quase R\$ 400 bi 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Prioridade do ministério é zerar fila do INSS e rever pensão por morte 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Déficit zero não será "tarefa fácil", prevê IFI 21

Sexta-Feira, 19 de Janeiro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Pasta busca aval para empréstimo do BID e promete melhorar serviços.....22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Trabalho defende fim de repasse de recursos do FAT para cobrir rombo.....24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Cenário global vai ditar projeções econômicas em 2024, diz Santander.....25

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 2.....27

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Pensão por morte: quem tem direito, como solicitar, quanto paga e quanto tempo dura?
.....28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

B3 vai avaliar negociação de contratos de bitcoin à noite.....30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

TCU prevê déficit de até R\$ 55,3 bi e descumprimento da meta em 2024.....32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Nas contas da IFI, rombo em 2023 foi de R\$ 134 bi.....33

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Governo ainda estuda vetos ao Orçamento de 2024, diz Tebet.....34

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Investidor pessoa física ajudou a superar crise na renda fixa, diz Anbima.....35

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Fatia de 77% teve reajuste acima da inflação em 2023.....36

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Qualidade dos investimentos no País é baixa.....37

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Concentração de renda aumenta no País.....39

Governo Lula estuda limitar dedução com saúde no Imposto de Renda

Adriana Fernandes, Idiana Tomazelli e Fábio Pupo
Brasília

A área econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda criar um teto para o desconto de despesas médicas no IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física), a exemplo da regra existente atualmente para gastos com educação.

O tema é sensível politicamente, mas técnicos do governo têm a avaliação de que a falta de um limite acaba privilegiando contribuintes com renda mais alta. Além disso, o abatimento tem sido fonte de abusos e um ralo para a arrecadação pública.

Um exemplo conhecido dessas distorções, que há muitos anos as diferentes administrações tentam conter, é o desconto de despesas com botox (substância usada em procedimentos estéticos) - em muitos casos declarado como um gasto voltado ao tratamento de doenças dermatológicas.

A legislação brasileira permite que despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, exames laboratoriais, hospitais, clínicas e planos de saúde sejam abatidas integralmente da base de cálculo do IR a ser pago, independentemente do valor.

Como as alíquotas são estimadas sobre uma base menor, o contribuinte recolhe menos imposto.

O valor da renúncia ligada à dedução das despesas médicas no IRPF foi crescente na última década, passando de R\$ 11,8 bilhões, em 2010, para R\$ 18,3 bilhões, em 2020 (em valores de 2020).

Em 2022, o montante total de gastos com saúde deduzido pelos contribuintes chegou a R\$ 128 bilhões. Ao não cobrar imposto sobre esses valores, a Receita teve uma perda de arrecadação de R\$ 17 bilhões, segundo dados do órgão.

Um relatório anterior do governo mostrou que apenas 0,8% das deduções médicas são usadas pelos 50% mais pobres da população, enquanto 88% contemplam os 20% com maior renda.

As discussões sobre o IR fazem parte de uma tarefa para identificar políticas públicas que possam

ser reformuladas ou até mesmo revistas para abrir espaço no Orçamento nos próximos anos.

A viabilidade técnica e política dessas iniciativas será alvo de discussão na JEO (Junta de Execução Orçamentária), colegiado formado pelos ministros da Fazenda, Planejamento, Casa Civil e Gestão.

O grupo vai analisar uma lista de políticas que poderão ser modificadas, debater quais são viáveis e dar sinal verde para o Executivo buscar as mudanças necessárias. O objetivo dessa estratégia é obter respaldo político dentro do próprio governo para bancar as alterações, muitas delas impopulares.

Além disso, o governo quer usar o fórum da JEO para instituir uma espécie de incentivo aos órgãos para ampliar a eficiência de suas políticas. Uma ideia preliminar é preservar de eventuais contingenciamentos aqueles ministérios mais empenhados na revisão, que também poderiam ganhar prioridade nas solicitações de recursos decididas pela junta de ministros.

Em janeiro de 2023, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) defendeu um pente-fino nas deduções do Imposto de Renda. "A primeira providência é fazer um pente-fino em abuso. Toda vez que não tem teto, limite de dedução, se identifica abuso", disse à época, em entrevista ao portal Brasil 247.

O tema, porém, é sensível e deve acirrar os debates dentro do governo.

Na MP (medida provisória) da reorganização da folha de pagamentos dos 17 setores, uma prévia desse debate já levou à proposta de fim do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) - criado durante a pandemia e que resultou em uma renúncia até sete vezes o previsto, segundo a equipe econômica.

O novo arcabouço fiscal atrela o reequilíbrio das contas públicas em grande parte ao aumento da arrecadação, mas há uma avaliação entre técnicos de que a munição de Haddad para elevar receitas pode estar no fim - o que fortalece o movimento de avaliação na parte das despesas.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto,

manifestou essa opinião recentemente.

"A gente tem uma renda per capita relativamente baixa para uma carga fiscal que é relativamente alta. Então, mostra que tem pouco espaço de manobra em termos de arrecadação adicional", disse há menos de um mês.

Segundo interlocutores, há também certo consenso dentro do governo de que não há clima para debater mudanças em algumas políticas, como o abono salarial -espécie de 14º salário pago a trabalhadores formais com renda de até dois salários mínimos.

Embora haja uma série de avaliações que apontam a ineficiência do benefício, previsto na Constituição, o cálculo dentro do Executivo é que não há como comprar essa briga em ano de eleições municipais.

O Orçamento do governo segue apertado com a meta de zerar o déficit das contas públicas e buscar o superávit de 1% do **PIB** em 2026 para conter a alta da dívida pública.

O diagnóstico dos técnicos é que o governo precisa de fato enfrentar a agenda de revisão de gastos que tenham dimensão relevante.

Em 2021, o Executivo publicou o relatório da avaliação feita pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cemap) das deduções médicas no IRPF.

A conclusão, que é usada pelo governo nas discussões, é que esse benefício tributário teria de passar por um redesenho por causa dos efeitos distributivos regressivos. Ou seja, quem tem uma renda maior acaba sendo mais beneficiado pelas deduções.

O relatório projetou um crescimento real (acima da **inflação**) das deduções de 65% até 2030, principalmente em decorrência do envelhecimento da população brasileira.

O benefício de dedução de despesas médicas do IRPF é disciplinado pelo artigo 8º da lei 9.250/95. Para alterá-lo, portanto, é necessário obter aval do Congresso.

As discussões são feitas enquanto o governo precisa preparar uma proposta de reformulação na tributação da renda. A iniciativa é exigida pela emenda constitucional da **reforma tributária** sobre o consumo, promulgada no mês passado e que dá 90 dias para o projeto do Executivo sobre o tema chegar ao Congresso.

O presidente da Unafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal**), Mauro Silva, defende que o teto para o abatimento seja suficiente para acomodar os gastos com planos de saúde de uma família e não fique em um nível muito baixo, como o limite para a dedução das despesas com educação.

O limite hoje das despesas com educação anual é de R\$ 3.561,50. Silva defendeu uma maior ação da fiscalização para coibir fraudes, como as que ocorrem como a dedução ilegal de despesas com botox.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50527>

Imposto de Renda: quem ganha dois salários mínimos voltará a pagar; entenda por quê

Por André Catto, g1

Isentas após uma mudança na tabela do Imposto de Renda (IR) em 2023, as pessoas que recebem até dois salários mínimos voltarão a ser tributadas este ano. É o que afirma a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco), que monitora os impactos da tabela do IR ao contribuinte.

A explicação, segundo os auditores da Receita, é o aumento do salário mínimo nacional, que em 2024 passou a ser de R\$ 1.412. Com a renda chegando a R\$ 2.824, quem recebe dois mínimos passou a superar, portanto, a faixa de isenção da tabela atual, de R\$ 2.640.

De acordo com a Unafisco, os contribuintes que tiveram aumento salarial agora terão que desembolsar R\$ 13,80 de imposto todo mês, o equivalente a R\$ 165,59 no ano.

Além do reajuste do salário mínimo, na virada do ano também deveria ter sido feita uma correção na tabela do IR - com, no mínimo, a **inflação** do ano anterior [de 4,62%], afirma o presidente da Unafisco Nacional, Mauro Silva.

O g1 entrou em contato com a **Receita Federal**, que informou que não irá comentar o assunto.

Isenção em 2023

Em maio do ano passado, o governo federal publicou uma Medida Provisória (MP) que alterou a faixa de isenção do IR de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. Para isentar quem recebia até dois salários mínimos, o texto também incluiu um desconto mensal de R\$ 528 na fonte.

Na prática, portanto, quem ganhava até R\$ 2.640 (R\$ 2.112 + R\$ 528) - o equivalente a dois mínimos em 2023 - ficou isento do Imposto de Renda para pessoa física.

Por se tratar de uma MP, foi necessária a elaboração de uma lei, sancionada em agosto pelo presidente Lula (PT). A legislação manteve a mesma regra - que está em vigor atualmente.

Vale lembrar que Lula prometeu durante a campanha presidencial de 2022 isentar do Imposto de Renda pessoas que recebem até R\$ 5 mil - o que ainda não se concretizou.

Veja abaixo as atuais faixas de renda e as respectivas alíquotas:

Faixa 1: Até R\$ 2.112,00: isento
Faixa 2: De R\$ 2.112,01 até R\$ 2.826,65: 7,5%
Faixa 3: De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05: 15%
Faixa 4: De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68: 22,5%
Faixa 5: Acima de R\$ 4.664,68: 27,5%

E as parcelas a deduzir do Imposto de Renda por faixa salarial:

Faixa 1: R\$ 0,00 (zero)
Faixa 2: R\$ 158,40
Faixa 3: R\$ 370,40
Faixa 4: R\$ 651,73
Faixa 5: R\$ 884,96

Mais de 33 milhões ficariam isentos com correção inflacionária

Mais de 33 milhões de pessoas que recebem até R\$ 4.942,29 por mês ficariam isentas do Imposto de Renda em 2025 caso a tabela fosse corrigida integralmente pela **inflação**, segundo cálculos da Unafisco.

O número representa 13,6 milhões de isentos a mais do que os 19,5 milhões listados atualmente. Os cálculos da associação mostram que a defasagem acumulada chega a 134,01% na faixa de isenção (a taxa é a diferença entre o limite atual de R\$ 2,1 mil e o de R\$ 4,9 mil caso houvesse correção).

Ainda segundo a Unafisco, a defasagem nas demais faixas de renda chega a 159,57%. Os percentuais consideram os ajustes realizados e a **inflação** acumulada desde 1996.

Os impactos dessa diferença

A defasagem da tabela leva pessoas com poder de compra cada vez menor para a base de contribuição - ou seja, há cada vez mais pessoas obrigadas a pagar imposto, já que os salários tendem a subir para corrigir a **inflação** (ou parte dela), enquanto a tabela do IR segue igual.

Como consequência da falta de correção da tabela, contribuintes também pagam uma alíquota cada vez maior em relação aos anos anteriores, já que reajustes salariais (ainda que, em muitos casos, abaixo da **inflação**) podem fazer com que a pessoa entre em outra faixa de renda da tabela do IR.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/01/19/impost-o-de-renda-quem-ganha-dois-salarios-minimos-voltara-a-pagar-entenda-por-que.ghtml>

Imposto de Renda pode ter teto para desconto de despesa médica; entenda (Mudança)

Por Agências

A área econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda criar um teto para o desconto de despesas médicas no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), a exemplo da regra existente atualmente para gastos com educação.

O tema é sensível politicamente, mas técnicos do governo têm a avaliação de que a falta de um limite acaba privilegiando contribuintes com renda mais alta. Além disso, o abatimento tem sido fonte de abusos e um ralo para a arrecadação pública.

Um exemplo conhecido dessas distorções, que há muitos anos as diferentes administrações tentam conter, é o desconto de despesas com botox (substância usada em procedimentos estéticos) - em muitos casos declarado como um gasto voltado ao tratamento de doenças dermatológicas.

A legislação brasileira permite que despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, exames laboratoriais, hospitais, clínicas e planos de saúde sejam abatidas integralmente da base de cálculo do IR a ser pago, independentemente do valor. Como as alíquotas são estimadas sobre uma base menor, o contribuinte recolhe menos imposto.

O valor da renúncia ligada à dedução das despesas médicas no IRPF foi crescente na última década, passando de R\$ 11,8 bilhões, em 2010, para R\$ 18,3 bilhões, em 2020 (em valores de 2020).

Em 2022, o montante total de gastos com saúde deduzido pelos contribuintes chegou a R\$ 128 bilhões. Ao não cobrar imposto sobre esses valores, a Receita teve uma perda de arrecadação de R\$ 17 bilhões, segundo dados do órgão.

Um relatório anterior do governo mostrou que apenas 0,8% das deduções médicas são usadas pelos 50% mais pobres da população, enquanto 88% contemplam os 20% com maior renda.

As discussões sobre o IR fazem parte de uma força-

tarefa para identificar políticas públicas que possam ser reformuladas ou até mesmo revistas para abrir espaço no Orçamento nos próximos anos.

A viabilidade técnica e política dessas iniciativas será alvo de discussão na Junta de Execução Orçamentária (JEO), colegiado formado pelos ministros da Fazenda, Planejamento, Casa Civil e Gestão.

O grupo vai analisar uma lista de políticas que poderão ser modificadas, debater quais são viáveis e dar sinal verde para o Executivo buscar as mudanças necessárias. O objetivo dessa estratégia é obter respaldo político dentro do próprio governo para bancar as alterações, muitas delas impopulares.

Além disso, o governo quer usar o fórum da JEO para instituir uma espécie de incentivo aos órgãos para ampliar a eficiência de suas políticas. Uma ideia preliminar é preservar de eventuais contingenciamentos aqueles ministérios mais empenhados na revisão, que também poderiam ganhar prioridade nas solicitações de recursos decididas pela junta de ministros.

Em janeiro de 2023, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) defendeu um pente-fino nas deduções do Imposto de Renda. "A primeira providência é fazer um pente-fino em abuso. Toda vez que não tem teto, limite de dedução, se identifica abuso", disse à época, em entrevista ao portal Brasil 247.

O tema, porém, é sensível e deve acirrar os debates dentro do governo.

Na medida provisória (MP) da reoneração da folha de pagamentos dos 17 setores, uma prévia desse debate já levou à proposta de fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) - criado durante a pandemia e que resultou em uma renúncia até sete vezes o previsto, segundo a equipe econômica.

O novo arcabouço fiscal atrela o reequilíbrio das contas públicas em grande parte ao aumento da arrecadação, mas há uma avaliação entre técnicos de que a munção de Haddad para elevar receitas pode

estar no fim - o que fortalece o movimento de avaliação na parte das despesas.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, manifestou essa opinião recentemente. "A gente tem uma renda per capita relativamente baixa para uma carga fiscal que é relativamente alta. Então, mostra que tem pouco espaço de manobra em termos de arrecadação adicional", disse há menos de um mês.

Segundo interlocutores, há também certo consenso dentro do governo de que não há clima para debater mudanças em algumas políticas, como o abono salarial - espécie de 14º salário pago a trabalhadores formais com renda de até dois salários mínimos.

Embora haja uma série de avaliações que apontam a ineficiência do benefício, previsto na Constituição, o cálculo dentro do Executivo é que não há como comprar essa briga em ano de eleições municipais.

O Orçamento do governo segue apertado com a meta de zerar o déficit das contas públicas e buscar o superávit de 1% do **PIB** em 2026 para conter a alta da dívida pública.

O diagnóstico dos técnicos é que o governo precisa de fato enfrentar a agenda de revisão de gastos que tenham dimensão relevante. Em 2021, o Executivo publicou o relatório da avaliação feita pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cemap) das deduções médicas no IRPF.

A conclusão, que é usada pelo governo nas discussões, é que esse benefício tributário teria de passar por um redesenho por causa dos efeitos distributivos regressivos. Ou seja, quem tem uma renda maior acaba sendo mais beneficiado pelas deduções.

O relatório projetou um crescimento real (acima da **inflação**) das deduções de 65% até 2030, principalmente em decorrência do envelhecimento da população brasileira.

O benefício de dedução de despesas médicas do IRPF é disciplinado pelo artigo 8º da lei 9.250/95. Para alterá-lo, portanto, é necessário obter aval do Congresso.

As discussões são feitas enquanto o governo precisa preparar uma proposta de reformulação na tributação da renda. A iniciativa é exigida pela emenda constitucional da **reforma tributária** sobre o consumo, promulgada no mês passado e que dá 90 dias para o projeto do Executivo sobre o tema chegar ao Congresso.

O presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal** (Unafisco), Mauro Silva, defende que o teto para o abatimento seja suficiente para acomodar os gastos com planos de saúde de uma família e não fique em um nível muito baixo, como o limite para a dedução das despesas com educação.

O limite hoje das despesas com educação anual é de R\$ 3.561,50. Silva defendeu uma maior ação da fiscalização para coibir fraudes, como as que ocorrem como a dedução ilegal de despesas com botox.

(Adriana Fernandes, Idiana Tomazelli e Fábio Pupo/Folhapress)

Site: <https://www.otempo.com.br/economia/imposto-de-renda-pode-ter-teto-para-desconto-de-despesa-medica-entenda-1.3314611>

Pessoas que recebem até 2 salários mínimos voltarão a pagar Imposto de Renda: 13,80 reais por mês, no total de 165,59 reais ao ano

Sexta 19/01/24 - 6h57

A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco) divulgou que, após mudança na tabela do Imposto de Renda em 2023, as pessoas que recebem até dois salários mínimos serão novamente tributadas este ano.

A justificativa é o aumento do salário mínimo nacional em 2024, elevando a renda dessa população, antes isenta, para a segunda faixa do IR.

Com o salário mínimo atingindo R\$ 1.412 em 2024, a renda de quem recebe dois salários mínimos ultrapassa a faixa de isenção da tabela atual, que é de R\$ 2.640.

Os contribuintes que receberam aumento salarial terão que pagar R\$ 13,80 de imposto mensalmente, totalizando R\$ 165,59 ao longo do ano, de acordo com a Unafisco.

Em 2023, Medida Provisória elevou a faixa de isenção do IR para quem recebia até dois salários mínimos, tornando-os isentos.

As atuais faixas de renda e as respectivas alíquotas do Imposto de Renda, bem como as parcelas dedutíveis por faixa salarial, são:

Faixa 1: Até R\$ 2.112,00 - Isento

Faixa 2: De R\$ 2.112,01 até R\$ 2.826,65 - 7,5%

Faixa 3: De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05 - 15%

Faixa 4: De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68 - 22,5%

Faixa 5: Acima de R\$ 4.664,68 - 27,5%

Parcelas dedutíveis por faixa salarial:

Faixa 1: R\$ 0,00 (zero)

Faixa 2: R\$ 158,40

Faixa 3: R\$ 370,40

Faixa 4: R\$ 651,73

Faixa 5: R\$ 884,96

Site:

<http://montesclaros.com/noticias.asp?codigo=108808>

Suspensa pela Receita, isenção a pastores já teve impacto de R\$ 300 milhões, diz TCU

Marileuza Silva

POLÍTICA

Valor se refere a um estoque de dívidas que estão sendo questionadas por religiosos

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) informou que a União deixou de arrecadar cerca de R\$ 300 milhões com um ato editado no governo Bolsonaro que ampliou a isenção de **impostos** sobre salários pagos a líderes religiosos, como pastores evangélicos. O valor se refere a um estoque de dívidas que estão sendo questionadas administrativa e juridicamente pelas instituições religiosas com base na norma.

A informação consta em um relatório sigiloso do TCU datado de dezembro de 2023. A cifra foi calculada pela **Receita Federal** e leva em conta valores com "exigibilidade suspensa" ou "parcelada" entre 2017 e 2023.

"Ainda de acordo com a RFB (Receita), os valores envolvidos que estão suspensos ou em cobrança somam um total de aproximadamente R\$ 300 milhões, sendo que quase R\$ 285 milhões estão com exigibilidade suspensa", diz o texto.

A auditoria do TCU recomenda ainda a abertura de uma sindicância contra o ex-secretário da Receita, Julio Cesar Vieira Gomes. O procedimento seria tocado pela Corregedoria do Ministério da Fazenda. Isso ainda será analisado pelo plenário do TCU.

Os técnicos do TCU argumentam que que, ao conceder benefícios fiscais "sem observar as formalidade legais ou regulamentares", o ex-secretário pode ter incorrido em "infração disciplinar e potencial ato de improbidade administrativa".

Também afirmou que a medida "carece de exposição de motivos que justifiquem sua edição e avaliem custos ou impactos sobre a matéria" e "não seguiu o rito" das normas baixadas pela Receita.

Procurado, o Ministério da Fazenda não informou se um processo foi aberto contra Gomes, que já foi alvo de apurações sobre tentativas de liberar joias sauditas dadas a Bolsonaro e retidas pela Receita no aeroporto

de Guarulhos.

O benefício foi dado pela gestão Bolsonaro às vésperas das eleições presidenciais e leva a assinatura de Julio César Vieira Gomes. O tema estava sob análise do Tribunal de Contas da União (TCU) e também da própria Receita, já que a concessão da isenção aos líderes religiosos foi considerada atípica porque não passou pelo crivo da Subsecretaria de Tributação da **Receita Federal**.

A partir de agora, valores pagos por igrejas a pastores e por instituições vocacionais voltam a ser considerados remuneração direta, o que exige o pagamento das contribuições previdenciárias. Anteriormente, eram tratados como remunerações somente as frações do pagamento referentes a aulas ou atividade laboral propriamente dita.

Os atos não tratam especificamente de igrejas evangélicas, mas a questão que deu origem à polêmica gira em torno da chamada prebenda, como se denomina a remuneração paga ao pastor ou líder do ministério religioso por seus serviços.

Internamente, auditores da Receita entenderam que a prebenda era usada para distribuir valores de remuneração, mas sem pagamento de contribuição previdenciária, o que levava a autuação de alguns casos. O ato do governo Bolsonaro dizia que o pagamento de valores diferenciados, no montante ou na forma, "não caracteriza esses valores como remuneração sujeita à contribuição".

O ato assinado pelo secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, foi uma recomendação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. Em nota, o TCU disse que o caso está sob análise e que se manifesta "apenas por acórdãos ou decisões monocráticas".

O presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal** (Unafisco), Mauro Silva, defendeu a decisão.

- O ato anterior (da gestão Bolsonaro) ocorreu em uma data inoportuna e mostrou uma dose de politização da Receita. O conteúdo não estava resolvido, várias decisões administrativas apontavam ao contrário. A questão agora é: porque suspenderam e não anularam

logo? Deveria ter sido anulado, há muito tempo. De fato, tem risco para o Erário, afirma

Se a medida tivesse sido anulada, haveria possibilidade de a Receita fazer cobranças retroativas, o que não ocorre na suspensão.

*Da Agência O Globo

Site: <https://jornalexpressonews.com.br/suspensa-pela-receita-isencao-a-pastores-ja-teve-impacto-de-r-300-milhoes-diz-tcu/>

TCU: Benefício a pastores já teve impacto de R\$ 300 milhões

EDUARDO GONÇALVES
eduardo.goncalves@bsbogiobo.coni.br BRASÍLIA

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) informou que a União deixou de arrecadar cerca de R\$ 300 milhões com o ato editado no governo Bolsonaro que ampliou a isenção de **impostos** sobre salários pagos a líderes religiosos, como pastores evangélicos. O valor se refere a um estoque de dívidas que estão sendo questionadas administrativa e juridicamente pelas instituições religiosas com base na norma.

A informação consta em um relatório sigiloso do TCU datado de dezembro de 2023. A cifra foi calculada pela **Receita Federal** e leva em conta valores com "exigibilidade suspensa" ou "parcelada" entre 2017 e 2023.

"Ainda de acordo com a RFB (Receita), os valores envolvidos que estão suspensos ou em cobrança somam um total de aproximadamente R\$ 300 milhões, sendo que quase R\$ 285 milhões estão com exigibilidade suspensa", diz o texto.

A auditoria do TCU recomenda ainda a abertura de uma sindicância contra o ex-secretário da Receita, Julio Cesar Vieira Gomes, que foi quem assinou o ato durante a gestão Bolsonaro. O procedimento seria tocado pela Corregedoria do Ministério da Fazenda, mas a sugestão ainda será analisada pelo plenário do TCU.

Os técnicos do TCU argumentam que, ao conceder benefícios fiscais "sem observar as formalidade legais ou regulamentares", o ex-secretário pode ter incorrido em "infração disciplinar e potencial ato de improbidade administrativa".

Também afirmou que a medida "carece de exposição de motivos que justifiquem sua edição e avaliem custos ou impactos sobre a matéria" e "não seguiu o rito" das normas baixadas pela Receita.

Procurado, o Ministério da Fazenda não informou se um processo foi aberto contra Julio Cesar Vieira Gomes, que já foi alvo de apurações sobre tentativas de liberar joias sauditas dadas a Bolsonaro e retidas pela **Receita Federal** no aeroporto de Guarulhos.

Chefe do órgão na gestão Bolsonaro, Vieira Gomes foi

quem assinou um despacho que pedia que auditores no Aeroporto de Guarulhos atendessem ao pedido de um assessor do ex-presidente para entregar um conjunto de joias avaliado em cerca de R\$ 5 milhões, apreendido na alfândega.

Auditoria recomenda abertura de sindicância contra o ex-secretário da **Receita Federal**

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Receita revoga isenção sobre pagamentos para pastores

A **Receita Federal** decidiu revogar ato publicado durante o governo Jair Bolsonaro que ampliou a isenção de **impostos** sobre pagamentos a pastores e líderes religiosos e livrava as igrejas de dívidas milionárias.

Publicado em 1º de agosto de 2022, às vésperas da eleição presidencial, pelo então secretário especial da Receita, Julio Cesar Vieira Gomes, o ato dispensou o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre as prebendas, um tipo de remuneração especial por meio da qual as igrejas pagam pastores e outros líderes.

Com isso, esses pagamentos deixaram de ser considerados como salário. Segundo esse ato, só devem ser considerados salário pagamentos relacionados "à natureza e à quantidade do trabalho executado, hipótese em que o ministro ou membro, em relação a essas parcelas, será considerado segurado contribuinte individual, prestador de serviços à entidade".

Técnicos da Receita, contudo, apontaram que as prebendas acabaram se tornando um mecanismo para que as entidades religiosas não recolham contribuições previdenciárias e Imposto de Renda.

Dívidas O ato de 2022 também criou um precedente oficial para que as igrejas questionassem a cobrança de dívidas previdenciárias milionárias. E que quando o ato foi publicado, a Receita cobrava dívidas previdenciárias de diversas instituições religiosas que, no entendimento do Fisco, não faziam jus às isenções porque as prebendas vinham sendo usadas de forma inadequada, em substituição a salários.

O novo regulamento, publicado na quarta-feira, altera a maneira como as organizações religiosas se relacionam com a Receita, e pode ter efeitos retroativos.

A medida, porém, gerou reações na bancada evangélica.

- E uma prova do que sempre falamos: o governo Lula persegue os segmentos religiosos. Estão sustando o ato declaratório do ex-secretário da Receita, para que cada auditor interprete a lei como quiser, voltando à velha fábrica de multas. Faz um absurdo desses e depois quer se aproximar de evangélicos - afirmou o

deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), em um vídeo publicado em rede social.

A Receita alegou que estaria atendendo a uma determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), que abriu um procedimento para avaliar a legalidade e legitimidade da isenção de **impostos** sobre os pagamentos recebidos por pastores. O assunto, porém, gerou mal-estar na Corte, que, em nota de esclarecimento, alegou que ainda não há decisão sobre o processo, que está sob relatoria do ministro Aroldo Cedraz.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240119&edicao=29741>

Alívio a pastores custou 300 milhões, diz TCU

BRASÍLIA

A União pode deixar de arrecadar aproximadamente R\$ 300 milhões por conta do ato editado durante o governo de Jair Bolsonaro (PL) que concedeu isenção fiscal a líderes religiosos.

A informação está em um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU). O valor foi calculado pela própria **Receita Federal** e encaminhado à Corte.

"Os valores envolvidos que estão suspensos ou em cobrança somam um total de aproximadamente R\$ 300 milhões, sendo que quase R\$ 285 milhões estão com exigibilidade suspensa", diz o documento.

A norma foi anulada pela gestão de Luiz Inácio Lula da Silva ontem e provocou atrito com a bancada evangélica no Congresso.

Ainda de acordo com o TCU, a edição do ato declaratório que permitiu a isenção "pode, em tese, representar infração disciplinar e potencial ato de improbidade administrativa".

Diante das constatações, os técnicos do tribunal recomendam ao relator do processo, o ministro Aroldo Cedraz, que encaminhe o caso à Corregedoria do Ministério da Fazenda para que seja aberta investigação de responsabilidade pelo então secretário da Receita, Julio Cesar Vieira Gomes.

Na defesa apresentada ao TCU, Julio Cesar, que também é investigado no caso das "joias das arábias", nega ter havido atipicidade no ato e diz que todas as normas da sua gestão foram regulares e seguiram a tramitação devida.

Por mais que a medida abarque ministros de confissão religiosa de várias religiões, a mudança teve um alvo: evangélicos, público que na época da campanha declarou apoio em massa a Bolsonaro.

O documento foi amplamente divulgado pelo então candidato à Presidência na primeira agenda oficial de campanha em Juiz de Fora, em Minas Gerais, com a presença de pastores de várias denominações.

"A reivindicação já foi aceita, [o ato] está publicado no Diário Oficial da União", disse Bolsonaro época. Na

ocasião, Bolsonaro insinuou que a medida poderia ter sido editada antes, por outros governos, mas não "ia adiante por perseguição religiosa".

FACHADA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: valor foi calculado pela **Receita Federal** e encaminhado à Corte

Após Remessa Conforme, há aumento de arrecadação

Adriana Mattos, Jéssica SanfAna e Guilherme Pimenta

Dados obtidos pelo Valor mostram que, de agosto a dezembro de 2023, após o início do programa Remessa Conforme - que determinou novas regras de importação para encomendas de até US\$ 50 -, a receita com arrecadação de **impostos** atingiu R\$ 700,5 milhões, um aumento de cerca de 122% em relação a mesmo período do ano anterior.

O tema da arrecadação ganha força num momento em que um dos principais aspectos do Remessa Conforme, que envolve a isenção aos sites internacionais que aderirem ao programa, foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF). Varejistas e indústrias questionam na Justiça a falta de isonomia tributária entre empresas locais e estrangeiras.

O Remessa Conforme foi definido em portaria do Ministério da Fazenda válida desde 10 de agosto. Por meio dele, plataformas on-line estrangeiras recebem benefícios fiscais e alfandegários, como isenção do imposto de importação de 60%, desde que nacionalizem as remessas de forma antecipada. Mas ainda existe a cobrança de um imposto estadual, o ICMS, em 17%.

Os dados obtidos fazem parte de levantamento da **Receita Federal** e indicam que, apesar da isenção, houve aumento na arrecadação devido a um número maior de declarações registradas em envios acima de US\$ 50, que são taxados - um dos objetivos do Fisco com a mudança.

O Valor apurou ainda que o aumento na receita pode refletir uma melhora da fiscalização na entrada dos produtos no Brasil. Isso veio sendo trabalhado pelo Fisco nos últimos meses. Ocorre que o lojista ainda pode tentar burlar as regras, declarando produtos mais caros na faixa de até US\$ 50 (para obter a isenção), mas a Receita identifica o erro e cobra o imposto de 60%.

O Remessa Conforme envolve adesão voluntária das empresas, logo, lojistas que não aderirem, nas vendas de até US\$ 50, não têm despacho antecipado. E continuam a pagar 60% de imposto, além de 17% de ICMS - isso também eleva a arrecadação. Atualmente, AliExpress, Shein, Shopee e Mercado Livre aderiram ao modelo (na Amazon, ainda está sob

implementação)

Pelos dados obtidos, do total de remessas postais, apenas 2,4% eram Declaração de Importação de Remessas (DIR) registradas de agosto a dezembro de 2022, e o percentual foi para pouco mais de 60% em 2023. Desses 60%, 44% foram declarações registradas por meio do sistema do Remessa Conforme. Procurada para comentar os números, a Receita não se manifestou.

Com o ICMS, foram obtidos cerca de R\$ 120 milhões de agosto a dezembro, dez vezes o valor do ano anterior. Em imposto de importação, foram R\$ 580 milhões, avanço de 92%.

Por meio das novas regras, com a nacionalização antecipada dos envios, a Receita aumenta os controles e busca reduzir as fraudes - a razão principal para a mudanças nas regras.

Há uma percepção no governo que lojistas hospedados nas plataformas falsificam dados sobre o remetente das encomendas para cair dentro da única categoria que concedia, até agosto, o imposto zero - aquela que envolvia a venda de pessoa física para pessoa física. Desde agosto, a isenção vale para o envio de empresas estrangeiras.

Varejistas locais, indústrias nacionais e as plataformas estrangeiras já se manifestaram favoráveis ao programa pelo fato de enfrentar o problema das fraudes e criar regras exequíveis para a importação. A sua elaboração envolveu uma série de reuniões desde 2021, com institutos empresariais e a Receita.

As divergências entre as partes, portanto, nunca tiveram relação com o Remessa Conforme, mas com a ideia de atrelar o modelo à isenção de imposto de importação - algo que não estava sendo discutido antes do anúncio das mudanças.

Esse aspecto da arrecadação ganha peso hoje porque, dentro das alternativas de aumento de receita com **impostos** que o governo analisa, na busca de equilíbrio fiscal neste ano, está a entrada dessa receita com importados.

Isso pode ganhar mais reforço com a definição de uma alíquota e o fim da isenção em 2024. Chegou-se a se

debater na Fazenda um percentual entre 17% e 20%, podendo chegar a 28% sobre as encomendas enviadas. O tema está sob discussão no ministério. Há uma possibilidade de fazer um aumento escalonado ao longo do ano, dizem fontes.

A questão é que, como não houve definição de uma alíquota até o momento - o debate público sobre o tema começou em abril de 2023 - as confederações do comércio e da indústria (CNC e CNI) entraram na noite de quarta-feira (17) com uma ação direta de inconstitucionalidade no STF, alegando falta de isonomia tributária.

As redes locais alegam pagar mais de 100% de **impostos** na cadeia de produção e na venda das mercadorias. A Fazenda estava a par desse movimento da CNC e CNI antes do anúncio, como antecipou ontem o Valor.

O governo federal ainda vai definir a sua linha de defesa na ação movida, mas a leitura inicial é que o Remessa Conforme já combate os principais problemas apontados pelos setores.

Na leitura do governo, apurou o Valor, com o Remessa Conforme, a **Receita Federal** já tem controle das pequenas remessas que entram no Brasil. Por isso, já estaria coibindo eventuais irregularidades praticadas, e as plataformas que aderiram estão cumprindo exigências para estar dentro das novas regras.

Já as entidades argumentam, na petição, que o Decreto-Lei nº 1.804/80 e a Lei nº 8.032/90 estabelecem a isenção apenas entre pessoas físicas para remessas internacionais sem caráter comercial. Logo, não cabem aos envios de empresas, como definido da portaria da Fazenda. Essa definição, na visão das entidades, contraria a lei.

Uma fonte ouvida, porém, questiona esse ponto das confederações. E comenta que as irregularidades existiam antes do programa, com pessoas jurídicas se passando por pessoas físicas para enviar encomendas para o país sem pagar **tributos**.

Ainda afirma que a alíquota zero de imposto foi uma decisão de ministro de Estado, que teria essa competência para fixá-la.

A Advocacia-Geral da União (AGU) ainda aguarda ser provocada para atuar no caso, a partir da linha de defesa que será traçada com o restante do governo. A ação foi distribuída ontem para a ministra Cármen Lúcia.

Nos últimos meses, a discussão em torno da definição de um imposto de importação zerado cresceu entre

varejistas nacionais por conta dos riscos, na visão das empresas nacionais, que isso pode trazer aos negócios. Alegam que a entrada de mercadorias, especialmente da Ásia, nessas condições são um risco à geração de emprego local e podem não seguir normas da vigilância sanitária brasileira.

O tema, inclusive, foi foco de uma apresentação do varejo na última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o chamado "Conselhão", com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro.

Redes locais são favoráveis ao programa, mas apontam falta de isonomia tributária

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187767>

IFI mantém projeção do PIB

Marina Dantas*

A Instituição Fiscal Independente (IFI) disse ontem que o déficit primário do governo central (que reúne governo federal, Banco Central e **Previdência Social**) foi de R\$ 233,3 bilhões em 2023. O Relatório de Acompanhamento Fiscal divulgado pela instituição também manteve a projeção do crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 1,2% neste ano e reforçou o alerta fiscal.

Segundo o relatório, a expansão do agronegócio e o aumento da renda por conta principalmente do maior gasto público com transferências de renda, além da dinâmica do mercado de trabalho e da **inflação**, contrabalançaram os efeitos da política monetária contracionista e criaram o ambiente favorável para um crescimento econômico maior no ano passado.

O relatório destacou o momento positivo vivenciado no mercado de trabalho, que teve queda na taxa de desemprego, crescimento de empregos formais e aumento dos salários e da massa salarial. Por outro lado, para este ano, as expectativas projetadas pela IFI são a desaceleração da taxa de crescimento, com uma variação do **PIB** em cerca de 1,2%, pouco menos do que o estimado pelo Boletim Focus, de 1,6%.

Déficit da Previdência custa quase R\$ 400 bi

Edna Simão e Jéssica Sant'Ana

O governo federal desembolsou R\$ 394,7 bilhões no acumulado em 12 meses até novembro para bancar o déficit com o pagamento de aposentadorias e pensões dos trabalhadores da iniciativa privada, **servidores públicos** federais e militares (pensionistas e inativos). Esse rombo equivale a quase 3,95% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A situação só não é pior e não entrou em uma trajetória insustentável graças à reforma da Previdência, promulgada em 2019, que interrompeu a tendência explosiva dos gastos com aposentadoria e pensões ao estabelecer regras mais restritivas para concessão dos benefícios. Mas, mesmo com os avanços, a trajetória da despesa previdenciária ainda preocupa especialistas da área que já defendem a realização de uma ampla reforma no sistema. Os militares, assim como Estados e municípios, ficaram de fora da reforma de 2019.

O rombo da Previdência está concentrado no chamado Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS), que atende mais de 28 milhões de beneficiados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), segundo o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) de novembro. O déficit foi de R\$ 290,3 bilhões em 12 meses, alta de 8,5% em relação ao período imediatamente anterior.

Apesar de o número do **INSS** ser expressivo, o déficit da Previdência dos **servidores públicos**, assim como os dos militares e pensionistas, também chama atenção por ser elevado, mesmo tendo um pouco mais de 1 milhão de beneficiários. Os dois regimes acumularam saldo negativo de R\$ 104,3 bilhões em 12 meses encerrados em novembro, sendo que R\$ 54,7 bilhões se referem ao Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) do Poder Executivo e R\$ 49,6 bilhões com militares inativos e pensionistas.

"As despesas decorrentes do pagamento de militares inativos e pensionistas vinculados às Forças Armadas observam, obrigatoriamente, a legislação aplicada à matéria. Sendo assim, os valores pagos em cada exercício financeiro são aqueles estritamente necessários ao cumprimento de obrigações legais a que está submetida a Administração Militar", informou o Ministério da Defesa por meio de sua assessoria de imprensa. Atualmente, há 168,7 mil militares inativos e 194,4 mil pensionistas. No caso do RPPS do Executivo, há 417,4 mil aposentados e 234,2 mil

pensionistas.

O Ministério da **Previdência Social** destacou, por meio de nota, o déficit do **INSS** em percentuais do **PIB**. Em 2019, esse rombo representava 2,89% do **PIB**, tendo atingido seu pico em 2020 (3,14%) e chegando no acumulado de novembro de 2023 correspondendo a 2,7% do **PIB**.

"Os números da NFPS [Necessidade de Financiamento da **Previdência Social**] apresentam decréscimo em relação ao cenário pré-reforma, evidenciando os efeitos da EC 103/19 [reforma] sobre a evolução do resultado do RGPS. Ainda deve ser considerado que não era objetivo da reforma de 2019 reduzir o déficit do RGPS em termos absolutos ou relativos, mas ampliar a sustentabilidade do Regime no médio e longo prazo, reduzindo a velocidade de seu crescimento", informou a pasta.

No ano passado, houve uma aceleração do gasto devido à redução das filas de espera por benefício, que ainda afeta cerca de 1,6 milhão de pessoas. De agosto a outubro, a média mensal de requerimentos ficou acima de 1 milhão. A avaliação de especialistas é que é cedo para dizer que esse volume de pedidos é uma tendência, mas representa um alerta ao governo, que vem adotando uma série de medidas para reduzir a fila pela liberação de benefícios.

Segundo o ministério, a necessidade de financiamento teve um aumento abrupto (27,5% entre 2019 e 2020), em decorrência da pandemia. Nos anos seguintes, diz, a recuperação do mercado de trabalho possibilitou redução na NFPS, que em 2023 foi 10,8% superior à observada em 2019. Esse percentual de crescimento, conforme o ministério, está consistente com a variação das receitas e despesas, que variaram 11,5% e 11,3% respectivamente.

O economista Rogério Nagamine, especialista em Previdência, afirma que a despesa vai continuar crescendo em proporção do **PIB**. No RGPS representa 8% do **PIB**, mas se expande em um ritmo menor devido à reforma de 2019. Ele disse que a previsão é de que esse percentual salte para 10% em 2050 e para 12,5% considerando todos os regimes.

"É inevitável que a despesa vai crescer, porque a reforma de 2019 não resolveu tudo e, na tramitação no Congresso, criaram problemas como a exclusão dos Estados e municípios e dos microempreendedores individuais (MEIs). Vai precisar de uma nova reforma,

mas não acho que dê para falar agora. Em 2027 deveríamos voltar ao tema, atacando os dois lados: despesas e receitas", disse Nagamine, que teve passagens pelos ministérios da Previdência e do Trabalho.

Entre os temas a serem atacados, afirmou o economista, estão a aposentadoria rural e o MEI. No primeiro caso, ele lembra que boa parte do déficit do RGPS é devido à aposentadoria do trabalhador rural, que tem regras mais flexíveis, como poder se aposentar mais cedo (55 anos mulheres e 60 anos homens) que os demais segurados do **INSS** (62 e 65, respectivamente), e não precisar contribuir para a Previdência: basta ter no mínimo 180 meses de atividade rural comprovada. No caso do MEI, o problema, aponta, é o fato de a contribuição ser muito baixa, o que gera um desequilíbrio no sistema.

O professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP) Hélio Zylberstajn disse que o efeito da fixação de uma idade mínima de aposentadoria será sentido mais no futuro. "A reforma não deve mesmo ter um impacto imediato, porque o efeito do adiamento das aposentadorias vai ser mais sentido lá na frente. Quem estava muito perto de aposentar teve um adiamento apenas pequeno."

Apesar da ponderação, o professor alerta que o gasto do país com a Previdência já é um dos mais altos do mundo. "Discussão não é sobre déficit, mas sobre magnitude do gasto da Previdência, que precisa ser financiado. O Brasil gasta tanto quanto a Alemanha e os países nórdicos com Previdência. O problema é o volume dos gastos. Precisamos olhar para o nível de gasto. Reforma de 2019 reformou as regras de concessão, mas não atingiu as aposentadorias mais caras. Militares, por exemplo, passaram ilesos na reforma", disse Zylberstajn.

No caso do RPPS, em 2013, foi estabelecido que o valor do benefício ao aposentado seria limitado ao teto do **INSS** (R\$ 7.786). Para quem ingressou antes, não há esse limite de pagamento, e para quem entrou no serviço público até 2003 o servidor tem direito a benefício igual ao último salário (integralidade). Por isso, o professor diz que o efeito da reforma dos servidores também vai demorar de duas a três décadas para ser percebido nas contas públicas. "O Brasil precisa de reforma estrutural, não paramétrica", comentou, em referência às últimas reformas feitas no país.

Ele lembra que o efeito fiscal de qualquer reforma - mesmo estrutural - demoraria, mas o efeito na percepção dos agentes econômicos seria imediato. "O prazo é antontem, o quanto antes precisamos

enfrentar esse problema do financiamento da Previdência", defendeu o professor sênior da USP e coordenador do Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Questionado sobre o que pretende fazer para reduzir o déficit, o Ministério da **Previdência Social** respondeu que ainda existe um grande contingente de trabalhadores que não contribuem ou que contribuem em programas altamente subsidiados, como, por exemplo, os MEIs, o regime facultativo de baixa renda e o Plano Simplificado de **Previdência Social**. "Dessa forma é importante, tanto em termos de ampliação da cobertura, como de aumento da sustentabilidade do sistema, incluir os informais na proteção social garantida pela **Previdência Social** e, também, ampliar o número de trabalhadores que contribuem fora desses programas subsidiados", defendeu a pasta.

"Vai precisar de uma nova reforma, mas não acho que dê para falar agora"

Rogério Nagamine

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187767>

Prioridade do ministério é zerar fila do INSS e rever pensão por morte

Edna Simão e Jéssica Sant"Ana

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, é um crítico do termo déficit. Ele diz que o **INSS** é o maior programa social do governo e deve ser visto como um investimento, e não como um gasto. A declaração repete falas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que diz que gasto social é "investimento". Especialistas em contas públicas discordam da denominação e dizem que déficits prejudicam o desempenho dos programas públicos.

Uma das prioridades da pasta vem sendo regularizar a fila de concessão de aposentadorias e pensões e tornar mais ágil a concessão de benefícios que dependem de perícia médica.

Lupi também prometeu levar ao Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) neste ano um debate sobre as regras do benefício de pensão por morte, pago a dependentes de aposentados após o falecimento do segurado. O valor do benefício foi limitado com a reforma da Previdência de 2019, o que o ministro classifica como uma das "injustiças" que precisam ser revistas.

"Se eu morro amanhã, minha mulher vai receber 60% dos meus vencimentos. Eu não acho justo, mas isso depende do Congresso", afirmou no início deste ano.

Para os especialistas, uma flexibilização da pensão por morte poderia agravar o financiamento da Previdência. "O mundo inteiro tem política de redução da pensão por morte, porque imagine um casal de idosos, um morre, fica somente um. A família diminui, então é natural reduzir o benefício. Isso pode parecer para muitos desumano, mas é a tendência mundial", explica Hélio Zylberstajn, professor da USP.

O economista Rogério Nagamine lembra que mexer nas regras estabelecidas em 2019 criaria o risco de gerar um passivo judicial. "Quem foi afetado de 2019 para cá vai querer rever o valor, o que pode gerar um passivo enorme. Me parece contraproducente voltar à regra antiga", diz o especialista.

Antes da reforma, a pensão era equivalente a 100% do benefício. Era também permitido o acúmulo de pensão e aposentadoria. Com a reforma de 2019, a pensão passou a ser limitada a 50% do valor do

benefício, mais 10% por dependente, até o limite de 100%. Também foram **impostos** limites para o acúmulo de pensão.

Em nota, o Ministério da **Previdência Social** afirma que modificações nas regras de pensões por morte podem ou não ampliar as despesas previdenciárias.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187767>

Déficit zero não será "tarefa fácil", prevê IFI

Mariana Assis

O déficit fiscal deve ter encerrado o ano passado em R\$ 134 bilhões, dentro da meta fiscal, mas o governo deve ter dificuldade em equilibrar as contas em 2024. As conclusões fazem parte do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), divulgado nesta quinta-feira pela Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado Federal.

A projeção, que equivale a 1,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**), não considera gastos não recorrentes no ano passado, sendo o principal deles o pagamento de R\$ 92,4 bilhões em pagamentos de precatórios. O valor

foi desembolsado após o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizar o governo a quitar dívidas judiciais que vinham sendo represadas por uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovada no governo do então presidente Jair Bolsonaro.

Sem as exceções, o déficit em 2023 fechará em R\$ 233,3 bilhões, segundo a IFI, equivalente a 2% do **PIB**. "Apesar da ocorrência de um expressivo déficit primário, a meta fiscal para 2023 será formalmente cumprida, graças às exceções, à flexibilidade e aos abatimentos introduzidos pela legislação vigente", conclui o estudo.

Os dados fechados no ano passado serão divulgados no fim deste mês pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central (BC). A meta de resultado primário para 2023 é de déficit de até R\$ 231,5 bilhões, considerando a metodologia do BC.

Em relação a 2024, a IFI afirma que cumprir o objetivo de zerar o déficit neste ano "não será uma tarefa fácil". Segundo o estudo, as medidas tributárias enviadas pelo Executivo ao Congresso Nacional foram "naturalmente desidratadas" durante as negociações que miravam a aprovação delas.

O efeito produzido "certamente deverá reduzir a projeção inicial, presente na Lei Orçamentária Anual de 2024 (LOA), de uma receita adicional de R\$ 69,7 bilhões", acrescenta o relatório.

O estudo também destaca incertezas em relação aos R\$ 97,9 bilhões esperados a partir de negociações no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, após aprovação no Congresso de projeto de lei que retomou a possibilidade de o representante do

governo dar o voto de qualidade em processos empatados.

Em outra frente, a IFI afirma que a "gestão eficiente do gasto público" será outro fator importante para alcançar a meta de zerar o déficit.

Em relação ao desempenho da economia, a instituição projeta taxa de crescimento de 1,2%, um pouco menor do que o estimado pelo Boletim Focus de 1,6%.

De acordo com a pesquisa, 2023 surpreendeu "positivamente" em relação ao desempenho da economia. O **PIB** do ano passado deverá crescer em torno de 3%, superando o patamar projetado anteriormente.

Já a variação de 4,62% do IPCA permitiu que o Banco Central pudesse iniciar o ciclo de redução da taxa de juros. "A expressiva expansão do agronegócio e o aumento da renda provocado principalmente pelo aumento do gasto público com transferências de renda e da dinâmica do mercado de trabalho e da **inflação** contrabalançaram os efeitos da política monetária e criaram o ambiente para um crescimento econômico maior", destaca o documento da IFI.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187767>

Pasta busca aval para empréstimo do BID e promete melhorar serviços

Jéssica Sant"Ana

O Ministério da **Previdência Social** está pleiteando junto à Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) do governo autorização para um empréstimo externo com garantia da União com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 350 milhões.

O montante equivale a R\$ 1,7 bilhão, considerando a taxa de câmbio utilizada no momento da solicitação. O objetivo é financiar ações de modernização e de melhoria na gestão e na prestação de serviços relacionados à Previdência.

A carta-consulta foi enviada na semana passada à Cofix. A expectativa é que seja avaliada na primeira reunião da comissão, agendada para 14 de março. Se aprovado o projeto na comissão, ainda será necessário o aval do Senado para o empréstimo ser concretizado.

O financiamento solicitado tem um prazo total de 294 meses, com carência de 72 meses e periodicidade de amortização semestral. A taxa de juros seria de 1,20% ao ano mais Sorf (Secured Overnight Funding Rate), que é a taxa que os bancos usam no momento de conceder empréstimos em dólar. O financiamento seria feito com garantia da União, sem necessidade de contrapartida.

Como o pedido de empréstimo é externo e com garantia da União, precisa passar pela Cofix, a comissão do governo que analisa esses pleitos de órgãos federais e de Estados e municípios. O Conselho Monetário Nacional (CMN) é quem define o limite global máximo que pode ser emprestado anualmente com garantia da União, e a Cofix analisa os projetos em quatro reuniões anuais, aprovando ou reprovando, com base em diversos critérios estabelecidos.

Na carta-consulta, o Ministério da Previdência afirma que o BID foi a instituição escolhida porque oferece condições financeiras "extremamente favoráveis, superando não apenas instituições financeiras comerciais e agentes financeiros nacionais, mas também organismos internacionais que fornecem crédito".

O ministério também detalha que os US\$ 350 milhões serão usados ao longo de cinco anos, mas que a maior parte será aplicada no primeiro e no segundo ano do projeto. O valor total pleiteado é equivalente a 70% do orçamento discricionário (despesas com investimento e custeio) destinado ao Ministério da **Previdência Social** em 2023.

O empréstimo, se aprovado, será aplicado para melhorar "a eficiência na prestação de serviços de Previdência", incluindo melhorias nos "processos de reconhecimento de direitos aos benefícios" e de "acesso aos serviços e na qualidade dos canais de atendimento ao cidadão", diz a pasta na carta-consulta.

A pasta também afirma que há uma crescente demanda pelos serviços de Previdência, mas recursos limitados. "O contexto pós-pandemia destaca a necessidade de reavaliar a estratégia presencial, integrando estratégias digitais de forma complementar. O principal problema identificado, alvo deste programa, é a existência de lacunas de eficácia nos serviços de previdência, incluindo as atividades da Perícia Médica Federal (PMF) e do Conselho de Recursos da **Previdência Social** (CRPS)."

O dinheiro, por exemplo, será aplicado para implementar um novo modelo de governança de dados e na aquisição de sistemas e softwares de inteligência para o ministério e para o Instituto Nacional do Seguro Social.

Também estão previstas melhorias no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), repositório que armazena informações sobre benefícios e sobre contribuições para a **Previdência Social**, entre outros itens.

O empréstimo também será usado para reformular o procedimento de avaliação médica para benefícios por incapacidade, temporária ou permanente, incorporando tecnologias como análise de dados e telemedicina. Também está prevista capacitação para os servidores.

Outras ações previstas incluem padronização das agências e aprimoramento e expansão de todos os canais digitais de atendimento, incluindo o aplicativo Meu **INSS**.

Essas diversas ações são necessárias porque, segundo o ministério, foram constatado problemas como fragmentação dos sistemas e bancos de dados, presença de processos manuais, alto consumo de papel, falta de arquivos digitalizados, lacunas no acesso da população aos serviços e baixa qualidade dos canais de atendimento ao usuário. "Eventuais falhas na concessão de benefícios geram uma onerosa correção, custos de recuperação por benefícios concedidos sem o devido direito, judicialização e atrasos na concessão de benefícios previdenciários e assistenciais", afirma o ministério.

A expectativa é que, com a implementação do programa, haja uma governança de dados sólida, modernização da infraestrutura tecnológica, otimização de processos, ampliação da segurança da informação, melhoria no atendimento ao cidadão e promoção da educação previdenciária.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187767>

Trabalho defende fim de repasse de recursos do FAT para cobrir rombo

Edna Simão e Jéssica Sant'Ana

O Ministério do Trabalho e Emprego e o BNDES defendem o fim de repasses de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o financiamento da **Previdência Social**.

Se for adiante, a ideia poderá agravar ainda mais cenário de déficit do Regime Geral de **Previdência Social**, destinado aos trabalhadores da iniciativa privada. Por outro lado, conforme avaliação do Ministério do Trabalho e do BNDES, o FAT terá mais recursos para investir em políticas públicas.

A reforma da Previdência estabeleceu a destinação de parte da arrecadação do PIS/Pasep para cobrir gastos previdenciário. O repasse começou a ser feito em 2021. Como não há limite de repasse, a transferência depende de quanto a Previdência demandar.

De 2021 a 2023, foram transferidos R\$ 47,6 bilhões do FAT para o fundo do regime geral. Para este ano, está previsto repasse de R\$ 17,4 bilhões. Em nota, o Ministério do Trabalho afirma que haverá um déficit estrutural do FAT caso permaneçam os repasses para as despesas previdenciárias. Isso resultaria em consequências negativas para o financiamento de "políticas públicas de qualificação dos trabalhadores, atendimento e intermediação de mão de obra e no financiamento de programas de desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda do FAT".

O Ministério da **Previdência Social** não comentou qual sua posição sobre o tema. Em 2023, o Ministério do Trabalho tentou acabar com os repasses na **reforma tributária**, mas não teve sucesso. A pasta não informou se vai enviar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nessa direção.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187767>

Cenário global vai ditar projeções econômicas em 2024, diz Santander

Anais Fernandes

Com menores incertezas domésticas em 2024 - ainda que presentes, sobretudo nos temas fiscais -, a sustentação de riscos globais deve pautar boa parte das projeções macroeconômicas para o Brasil e o mundo no ano, principalmente no que diz respeito ao câmbio e à atuação do Banco Central. Por aqui, a desinflação deve continuar, mas apenas até o fim do ano, tomando as perspectivas para o BC mais desafiadoras. É o que aponta o Santander Brasil no documento "Proposições Macro 2024?", antecipado a Valor.

"Estaremos em um ano repleto de notícias e eventos mais associados à política do que à economia, mas que, obviamente, trazem rescaldos para o lado econômico", afirma Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander Brasil.

A eleição presidencial nos Estados Unidos será polarizada e ainda é rodeada de incertezas, que podem implicar diferentes conduções para a política econômica, mas, principalmente, para a geo-política, diz Vescovi. "A geopolítica vai predominar em 2024 em termos de fontes de incertezas e riscos", afirma. Eleições polarizadas e incertas nos EUA, somadas a uma perspectiva geopolítica "mais confusa", acrescenta, devem trazer volatilidade aos mercados.

A "tese geral" do Santander para o ano em relação à política monetária global é que as economias avançadas, incluindo os EUA, vão iniciar um processo de redução de juros, mas isso deve ocorrer mais para o fim do primeiro semestre, segundo Vescovi. "Então, vai haver uma tentativa de conter expectativas muito otimistas no sentido de uma redução", afirma.

Esse será um tema importante também para o Banco Central do Brasil, devido aos reflexos do diferencial de juros entre o país e os EUA, aponta. "O nosso tema sobre política monetária em 2024 é quanto nós seremos restringidos ou impulsionados pela atuação do Fed", diz, em referência ao Federal Reserve, banco central americano.

A dinâmica do dólar, também relevante para o BC, é um grande ponto de incerteza, segundo Vescovi. "Se, realmente, houver muita agitação em torno de temas geo-políticos, junto com a eleição nos EUA, podemos

ter uma renovação de riscos e incertezas globais e um fortalecimento geral do dólar", afirma. Para o BC brasileiro, diz, isso significaria limitações a uma maior desinflação de bens, por exemplo, e uma resistência maior dos patamares inflacionários.

"Isso é um fator importante. No geral, acho que o nosso BC está super bem posicionado. Mas vai ter de, realmente, esperar um pouco o processo iniciar nas economias avançadas, porque impacta e interfere. E isso nos leva a crer que o BC vai ter um olho bem apurado sobre a economia internacional em 2024", afirma a economista.

A extensão e a intensidade do ciclo da política monetária brasileira em 2024 também serão ditadas, claro, pelo processo de desinflação local, diz Vescovi. "Ele vai continuar, a gente não tem dúvida, mas essa desinflação vai parar por aqui em 2024 e vai deixar um desafio extra para o BC, que é reancorar as expectativas em função de uma nova fase, que seria chegar ao centro da meta mais rápido", afirma.

Um esperado afrouxamento, ainda que suave, do mercado de trabalho deve contribuir para desinflação adicional no setor de serviços ao longo do ano, segundo Vescovi. "E vemos, nos termos relativos, a desinflação de bens contribuindo mais. Então, preços relativos também continuam devolvendo aqueles choques e desequilíbrios da pandemia", afirma.

"Mas acho que, depois de 2024, vai ficar mais difícil realmente. Acho que ali vamos enxergar um fim do processo de desinflação, dada a dinâmica atual", afirma Vescovi.

A apreciação recente do real, diz, tende a ajudar a dinâmica de preços dos bens industriais, mas, até o fim do ano, o Santander espera, na verdade, uma depreciação do real ante o dólar, por causa da continuidade do arrefecimento de preços de commodities - ainda que não homogênea, com o petróleo, por exemplo, voltando a subir no segundo semestre - e dos riscos fiscais domésticos.

As principais mudanças na direção da política fiscal já foram implementadas em 2023; ainda assim, Vescovi afirma que 2024 deve ser um ano de mais cautela. "Agora, todo o mercado está observando o resultado das medidas aprovadas de receita e o que pode vir de

novo na tentativa de fortalecer a arrecadação", diz a ex-secretária do Tesouro Nacional.

Além disso, a discussão sobre a mudança da meta de resultado primário deve tomar conta daqui até o primeiro semestre do ano, prevê a economista. "Tem a questão da meta, muito perto do contingenciamento, já com envio da IDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] para 2025 e da nova meta para 2025. Essas expectativas fiscais vão estar sendo muito mexidas já no início do ano", afirma.

A mudança da meta de primário está precificada pelo mercado, mas como isso será feito importa, segundo Vescovi. "Se vai resistir ao máximo para fazer a mudança e se será comedido; se será capaz de mostrar uma trilha de cumprimento; se o governo tiver condições de implementar também, do lado dos gastos, alguma contenção, ou, pelo contrário, se vai começar a reativar mecanismos parafiscais... Isso vai fazer diferença sobre as expectativas", afirma.

Menos do que ser a frente de geração de incertezas e volatilidades no mercado, os debates fiscais no Brasil vão provocar mais ou menos ruído a depender do cenário externo, diz Vescovi. "Se o cenário internacional estiver mais comportado, podemos ter menos ruído. Se estiver mais acirrado, provavelmente, vai ampliar ruídos."

O Santander também espera que a oferta de trabalho, representada pela taxa de participação no mercado, que foi historicamente baixa em 2023, volte a se recuperar neste ano, já que o reajuste real de salários favoreceria a busca por emprego em comparação a transferências governamentais.

"Estamos vendo essas transferências passando por revisão. Dando que vamos ter salários evoluindo positivamente, mas as transferências nem tanto, começa a ter um incentivo maior ao mercado de trabalho", diz Vescovi, ponderando que nem toda a ociosidade na participação será recuperada.

O mercado de trabalho deverá apresentar afrouxamento maior em 2024, o que já começou a aparecer no fim de 2023, mas os salários ainda devem contribuir com crescimento real, segundo Vescovi. "Esse vai ser um componente importante para explicar o consumo do ano", afirma.

Esse consumo, diz, será fator importante para o **PIB** em 2024, que vai apresentar uma desaceleração cíclica em relação a 2023. Além da valorização real do salário mínimo, Vescovi cita algum impulso com os precatórios. Para o Santander, o estímulo via esses pagamentos pode até, eventualmente, tirar o **PIB** do negativo no primeiro trimestre de 2024.0 cálculo,

segundo Vescovi, é de um impacto aproximado de 0,3 ponto percentual positivo no **PIB**. "Nem todo o precatório vai para consumo, porque apenas uma parcela é de **INSS** e pagamentos de menor valor", pondera.

"Reajuste salarial deve estimular retorno da taxa de participação" Ana Paula Vescovi

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187767>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 2

Publicado em 19/01/2024 - 06:45
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta sexta-feira (19) a parcela de janeiro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 2.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 685,61. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 21,12 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,48 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 3,7 milhões de famílias foram canceladas do programa em 2023 por terem renda acima das regras estabelecidas pelo

Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, 2,85 milhões de famílias foram incluídas no programa no ano passado. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,4 milhões de famílias estão na regra de proteção em janeiro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 373,07.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias inscritas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em fevereiro.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-01/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-2>

Pensão por morte: quem tem direito, como solicitar, quanto paga e quanto tempo dura?

Redação Terra

A pensão por morte é um benefício destinado a dependentes de um trabalhador - seja ele empregado, trabalhador avulso, contribuinte individual ou facultativo - que faleceu.

Para ter direito, segundo o Ministério da **Previdência Social**, existem pormenores como ordem de prioridade entre familiares e o tempo de duração da pensão, que é paga pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

O atendimento é realizado à distância pelo portal Meu **INSS**. O comparecimento presencial em unidades do **INSS** só é necessário quando solicitada eventual comprovação, realização de avaliação médico-pericial ou apresentação de documentos que não possam ser enviados de forma remota.

O **INSS** considerada uma ordem de prioridade entre as classes:

1ª classe - o cônjuge, a companheira ou o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos de idade que seja uma pessoa com deficiência "intelectual, mental ou grave";

2ª classe - os pais;

3ª classe - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos de idade ou que seja uma pessoa com deficiência "intelectual, mental ou grave".

A dependência econômica dos dependentes da 1ª classe é presumida e a dos demais deve ser comprovada. Além disso, os dependentes de uma mesma classe concorrem entre si em igualdade de condição.

Quando uma dependência é comprovada, respeitando a ordem de prioridade, o direito dos dependentes das classes seguintes é definitivamente excluído, segundo o **INSS**.

Enteado ou menor tutelado se equipara à classificação de filho mediante declaração e comprovação de dependência econômica.

A duração varia de acordo com o tipo de beneficiário e

a idade.

Casos específicos:

Se o falecimento tiver ocorrido sem ter havido, ao menos, 18 contribuições mensais à Previdência; ou

Se o casamento ou a união estável tiver duração inferior a dois anos antes do falecimento do segurado.

Duração será variável por idade:

São seguidas as tabelas abaixo se o óbito ocorrer depois de 18 contribuições mensais do segurado e pelo menos dois anos após o início do casamento/união estável ou se o óbito decorrer de acidente de qualquer natureza, independentemente da quantidade de contribuições e tempo de casamento ou união estável:

Idade do dependente na data do óbito / Duração máxima do benefício ou cota

Menos de 22 anos: 3 anos

Entre 22 e 27 anos: 6 anos

Entre 28 e 30 anos: 10 anos

Entre 31 e 41 anos: 15 anos

Entre 42 e 44 anos: 20 anos

A partir de 45 anos: vitalício

Idade do dependente na data do óbito / Duração máxima do benefício ou cota

Menos de 21 anos: 3 anos

Entre 21 e 26 anos: 6 anos

Entre 27 e 29 anos: 10 anos

Entre 30 e 40 anos: 15 anos

Entre 41 e 43 anos: 20 anos

A partir de 44 anos: vitalício

O valor da pensão por morte não será inferior a um salário mínimo . A conta que deve ser feita varia de acordo com a data do óbito, segundo informações do **INSS**:

Para óbitos anteriores a 14 de novembro de 2019

A renda mensal inicial da pensão por morte corresponderá a 100% do valor da aposentadoria que o segurado que faleceu recebia ou daquela a que ele teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento.

Para óbitos ocorridos a partir de 14 de novembro de 2019

A renda mensal inicial da pensão por morte será equivalente a uma cota familiar de 50% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado que faleceu ou daquela a que ele teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de dez pontos percentuais (10%) por dependente, até o máximo 100%.

- Se o dependente for uma pessoa com deficiência intelectual, mental ou grave , o valor da pensão por morte será equivalente a 100% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado que faleceu ou daquela a que ele teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito.

- Os valores das cotas individuais serão recalculados sempre que houver alteração da quantidade ou da condição dos dependentes habilitados.

Os dependentes precisam comprovar que o falecido era segurado do **INSS** na data do óbito. É preciso apresentar certidão de óbito ou documento que comprove a morte presumida.

Além disso, é preciso atestar:

Cônjuge ou companheiro/companheira: o casamento ou a união estável na data em que o segurado faleceu;

Filhos e equiparados: a condição de filho ou equiparado a filho com idade inferior a 21 anos, salvo se for uma pessoa com deficiência, hipótese em que a idade não se limita a 21 anos;

Pais : a condição de pais e a dependência econômica;

Irmãos: a dependência econômica e a condição de irmão com idade inferior a 21 anos, salvo se for inválido ou com deficiência, hipótese em que a idade não se limita a 21 anos.

Como o processo é feito de maneira remota, é

importante providenciar a digitalização ou obter uma foto nítida dos documentos originais . No requerimento feito por meio do portal Meu **INSS** será possível anexar estes arquivos.

É possível fazer contato direto com o **INSS** por meio da Central de Atendimento. O serviço fica disponível pelo telefone 135 de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h, no horário de Brasília. Pelo portal do **INSS** também é possível acessar informações complementares.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/pensao-por-morte-quem-tem-direito-como-solicitar-quanto-paga-e-quanto-tempo-dura,802ded9a6cc5b1f3df6cd5bc03023624hc04hk3u.html>

B3 vai avaliar negociação de contratos de bitcoin à noite

JOÃO SORIMA NETO joao.sorima@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

AB3 se prepara para testar a negociação de contratos futuros de Ibovespa e bitcoins em horário noturno, afirmou o presidente da empresa, Gilson Finkelsztain. Ele disse ainda que, este ano, a previsão é que o mercado de oferta inicial de ações (IPO, do inglês initial public offering) volte a se movimentar no Brasil, especialmente no segundo semestre, quando espera-se que a taxa básica de juros Selic caia a um dígito. Em 2023 não houve qualquer IPO na Bolsa.

Segundo Finkelsztain, a B3 vai testar negociação de ativos após o horário de fechamento do mercado à vista, que funciona entre 10h e 18h. Ele disse que, no segundo semestre, a B3 planeja começar, com início entre 18h e 19h e término até 22h, a negociação de dois contratos futuros: um de Ibovespa e outro de bitcoin, com aprovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que fiscaliza o mercado de capitais.

O presidente da B3 explicou que essa proposta surgiu de investidores pessoas físicas, que investem no varejo: - Tem um certo repasse de algumas operações, e muita gente gostaria de negociar no final do dia. Será um teste, já que há aumento de custo e de risco. Será preciso testar para ver se vai ser bom ou ruim para a liquidez.

Também houve discussões, segundo Finkelsztain, para aumentar o horário do pregão à vista em uma hora: - Alguns odeiam e outros adoram. Mas há gente que diz que a liquidez e o volume vão ser os mesmos, mas diluídos em mais tempo. Alguns dizem que vai ter mais gente. Temos que testar.

A B3 discutiu com o mercado e a CVM a possibilidade de ampliar ainda o horário para negociação de contratos futuros de câmbio, mas a proposta não foi bem recebida.

DOMÍNIO DE "FOLLOWONS"

Com relação às operações de abertura de capital, Finkelsztain ponderou que o maior volume de operações deve ser mesmo de follow ons (ofertas subsequentes de ações de companhias que já têm capital aberto): - Acho que se exagera em tomar a temperatura do mercado olhando apenas as

operações de IPO. Não tivemos nenhuma abertura de capital ano passado, mas foram captados R\$ 30 bilhões em follow ons. Durante vários anos, essas operações de ações subsequentes não movimentavam R\$ 5 bilhões. Ter R\$ 30 bilhões é um avanço.

Ele lembra que cerca de 100 empresas vêm se preparando nos últimos três anos para abrir capital, mas isso não significa que todas vão concretizar a operação. O presidente da B3 ressalta que uma operação de IPO exige um fluxo de recursos mais robusto no mercado, inclusive com maior presença de investidores estrangeiros. Ele disse que os investidores estão se posicionando para investir no Brasil, mas ainda há dependência de fatores globais para fazê-lo.

Para Finkelsztain, o principal movimento no mercado de capitais este ano deve ser mesmo de emissão de dívida privada, com papéis como debêntures, CRIs, CRAs, LCIs, LCAs. Segundo ele, há muita demanda por crédito privado.

Mas ele avalia que, se a Selic cair a 9% e se não houver grande ruído político que provoque volatilidade, o movimento de IPOs deve se acelerar no segundo semestre deste ano: - Juro de 9% não é impeditivo para IPOs. Ter juro de 14% é mais complexo - disse Finkelsztain, acrescentando que, se o governo mantiver o compromisso fiscal, mesmo que não atinja a meta de déficit zero, e avançar na consolidação da **reforma tributária**, ajudará a reduzir a volatilidade do mercado.

IPOS DE EMPRESAS MADUROS Depois do movimento de várias empresas com lançamento de ações no mercado americano, Finkelsztain afirmou que já há consenso de que o IPO fora do país é menos vantajoso. Segundo ele, as empresas encontram menos liquidez, não fazem parte dos índices, e a operação é mais cara.

Paralelo, a volta dos IPOs no Brasil deve acontecer com empresas de setores mais tradicionais e mais maduras. Finkelsztain cita energia e utilities (companhias de serviços públicos). Só mais tarde deve ocorrer o retorno das empresas de tecnologia, mas, ainda assim, apenas aquelas que já atingiram lucro ou estão próximas disso.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

TCU prevê déficit de até R\$ 55,3 bi e descumprimento da meta em 2024

AMANDA PUPO, GABRIEL HIRABAHASI e SHEYLA SANTOS, ESPECIAL PARA O ESTADÃO/BROADCAST

O Tribunal de Contas da União (TCU) endossou os alertas sobre a possibilidade de o Orçamento de 2024 conter receita superestimada, o que colocaria em risco a meta de déficit zero, além de apontar para a necessidade de o governo rever para baixo o crescimento das despesas primárias, tendo em vista que a sustentabilidade da dívida líquida não deve ser alcançada nos próximos dez anos.

Em reação, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, negou que o Orçamento deste ano tenha sido elaborado com receitas superestimadas. A ministra ponderou, no entanto, que a peça orçamentária usou como base propostas que estavam em análise no Congresso no ano passado, e que o Planejamento está fazendo o levantamento sobre os textos aprovados para fechar um número final. Para a área técnica do TCU, cuja posição foi chancelada pelos ministros da Corte, há chances de o Executivo registrar um déficit de até R\$ 55,3 bilhões neste ano, o que acarretaria o descumprimento da meta fiscal.

"No Projeto de Lei Orçamentária Anual da União para o exercício financeiro de 2024, a estimativa da receita primária federal líquida em 19,2% do **PIB** é muito acima do que foi observado nos anos recentes, indicando estar superestimada, o que implica a possibilidade de se ter déficit primário de até R\$ 55,3 bilhões e de descumprimento da meta de resultado fiscal proposta no Projeto de LDO para 2024", afirma a Corte de Contas.

As conclusões, que ainda reforçam dúvidas sobre a capacidade de arrecadação do pacote de R\$ 168,5 bilhões de receita extra, foram aprovadas na última quarta-feira pelo plenário do TCU. O tema foi abordado em processo de acompanhamento sobre a conformidade do projeto de Orçamento de 2024. Apesar de não conter determinações ou recomendações, o acórdão e seus alertas serão encaminhados à Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso e a órgãos do governo, como a Fazenda.

Embora a peça orçamentária já tenha sido aprovada pelo Congresso, o relator do caso no TCU, ministro Jhonatan de Jesus, escreveu em seu voto que esse

fato não altera as conclusões da Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal da Corte. O relatório da área foi aprovado em julgamento que durou poucos segundos na tarde da quarta-feira. O acórdão, contudo, contém 51 páginas, e traz também observações feitas pelo ministro-relator do caso.

RAZOÁVEL. Já segundo a ministra do Planejamento, a estimativa de receita apresentada pelo Ministério da Fazenda era "razoável" e "plausível" até julho e, por isso, foi incluída no projeto de lei orçamentária.

"No que se refere àquilo que foi apresentado até o dia 31 de julho para nós e que consta no Orçamento, o ministério checkou uma a uma as receitas apresentadas pelo Ministério da Fazenda, e vimos que era plausível e, portanto, colocamos no Orçamento", disse Tebet.

A ministra afirmou ainda que o governo está analisando possíveis vetos à Lei Orçamentária Anual (LOA). O prazo para sanção se encerra em 22 de janeiro. De acordo com Tebet, somente depois da análise do conteúdo dos projetos aprovados pelo Congresso no ano passado é que será possível ter um quadro mais efetivo sobre as receitas deste ano.

Em seu voto escrito, Jhonatan de Jesus ressaltou que o governo não apresentou ao Congresso a metodologia pela qual estimou que as medidas do pacote de arrecadação extra irão gerar R\$ 168,5 bilhões neste ano. O ministro citou, por exemplo, as incertezas quanto ao potencial do texto que mudou a tributação de fundos de alta renda (que foi alterado pelo Parlamento) e a queda do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à manutenção da desoneração da folha de pagamentos (cuja renúncia fiscal é estimada em R\$ 12 bilhões pela Fazenda).

Rombo e receita extra

R\$ 55,3 bi é a estimativa de déficit para este ano feita pelo Tribunal de Contas da União

R\$ 168,5 bi é quanto o governo estima que terá de receitas extras neste ano

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Nas contas da IFI, rombo em 2023 foi de R\$ 134 bi

**I SHEYLA SANTOS, ESPECIAL PARA O ESTADÃO/
BROADCAST**

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado, estima que o déficit primário de 2023 tenha ficado em R\$ 134 bilhões desconsiderando efeitos atípicos, equivalente a 1,2% do **PIB**. O dado consta do Relatório de Acompanhamento Fiscal de janeiro da instituição, divulgado ontem, e está em linha com a projeção de 1% do **PIB** divulgada pela IFI em novembro.

A meta fiscal ajustada para 2023 admitia um rombo primário de até R\$ 213,6 bilhões nas contas do governo central. No último Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, publicado em novembro, o Ministério do Planejamento e Orçamento estimou um resultado deficitário de R\$ 177,4 bilhões nas contas do ano, equivalente a 1,9% do **PIB**. A equipe técnica da Fazenda desejava um déficit de 1% do **PIB** em 2023, mas admitia que poderia ficar em torno de 1,3% - R\$ 142 bilhões.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo ainda estuda vetos ao Orçamento de 2024, diz Tebet

ALVARO GRIBELE RENAN MONTEIRO
economiaWoglobo.com. br BRASILIA

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse ontem que o governo ainda estuda vetos ao Orçamento deste ano, após ser questionada sobre relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que indicou que as receitas previstas, de 19,2% do PIB, podem estar superestimadas. O Orçamento de 2024 foi aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro.

- É o ano de colocar em execução o Orçamento, saber do crescimento do país, do crescimento da receita, e fazer. Não fechamos para balanço. Estamos ainda analisando os vetos, temos prazo até 22 de janeiro para encaminhar possível veto à Lei Orçamentária Anual (LOA) -disse a ministra.

Segundo Tebet, os números foram encaminhados pela Fazenda a sua pasta e considerados razoáveis, e por isso constaram na peça orçamentária.

- O Planejamento recebe da Fazenda as receitas previstas. Nós checamos, entendemos que era razoável e constou no Orçamento. Agora é hora, este ano, de executar, à luz das estimativas de crescimento do país e, conseqüentemente, das receitas.

Ela também apontou que muitos projetos foram encaminhados para o Congresso, com modificações na tramitação, e agora é preciso fazer uma análise detalhada sobre os impactos na arrecadação: -E hora de fazer todo o levantamento de medidas que foram aprovadas pelo Congresso e enviadas pelo Executivo. Sabemos que não foram aprovadas na íntegra, do jeito que a gente queria, mas isso faz parte da democracia.

Tebet participou de uma reunião com o vice-presidente Geraldo Alckmin e com as equipes da Fazenda, do Planejamento e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Dário Durigan, secretário executivo do Ministério da Fazenda, disse que vai analisar o relatório do TCU e que está confiando no que o governo tem feito.

-Todas as medidas foram aprovadas no ano passado. O Orçamento está fechado com equilíbrio de receitas e despesas. Esse é o plano de ação. É preciso preservar as grandes decisões do ano passado do Congresso, que se refletiram em uma peça

orçamentária equilibrada-disse o auxiliar de Fernando Haddad.

Ontem, o plenário do TCU aprovou o relatório alertando que o governo pode ter superestimado receitas no Orçamento de 2024 e que, diante da frustração dessas expectativas, vê risco de um déficit de até R\$ 55,3 bilhões.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Investidor pessoa física ajudou a superar crise na renda fixa, diz Anbima

Maria Fernanda Salinet De São Paulo

Os investidores pessoa física colaboraram para que o mercado de capitais saísse da crise enfrentada nas emissões de renda fixa e de instrumentos híbridos, entre maio e junho de 2023, disse ontem Guilherme Maranhão, presidente do fórum de estruturação da Anbima, associação que representa o mercado de capitais e de investimentos no país.

"Isso possibilitou o primeiro impulso no mercado de capitais para termos mais emissões ao longo do ano. Pulverizou mais o mercado de capitais e está mais na cabeça do investidor pessoa física", afirmou.

As pessoas físicas subscreveram R\$ 87,1 bilhões, com certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs) e certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) respondendo por 56,8% desse volume. Na avaliação da entidade, mesmo com desafios no cenário macroeconômico, devido à inflação e à elevação das taxas de juros externas, e com aversão a riscos no início do ano passado, 2023 foi um ano positivo para o mercado de capitais.

Para 2024, Maranhão disse acreditar que o acesso à informação e a familiaridade com o tema, além de um cenário de juros mais baixos - em que se busca retorno em outros instrumentos como crédito privado -, deem condições ainda maiores para maior representatividade da pessoa física. "Na medida que se tem juros menores, o investidor tende a aceitar riscos diferentes para ter novos investimentos." As emissões de debêntures somaram R\$ 236,6 bilhões em 2023, queda anual de 12,6% em relação ao ano anterior. Foram ao todo 373 emissões no ano passado. Dessas, 74 superaram R\$ 1 bilhão. O prazo médio das ofertas foi de 8,6 anos e 24,5% das séries foram indexadas pelo IPCA. O segmento de infraestrutura liderou as captações, com R\$ 121,4 bilhões.

Maranhão afirmou que, apesar da redução do volume de debêntures em 2023, houve uma consolidação no mercado. De acordo com ele, "perspectivas favoráveis para a economia criam um ambiente para novas emissões em 2024".

Como um todo, as empresas brasileiras captaram R\$ 463,7 bilhões no mercado de capitais doméstico no

ano passado. O volume registrado recuou 14% em relação a 2022.

As emissões de renda fixa somaram R\$ 394 bilhões, volume 13,4% menor do que em 2022. A renda variável também registrou forte retração de operações. As emissões totalizaram R\$ 31 bilhões no período, com recuo anual de 46%.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187767>

Fatia de 77% teve reajuste acima da inflação em 2023

São Paulo - O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) informou que 83,3% de 48 negociações de reajustes salariais referentes à data-base de dezembro tiveram ganhos acima da **inflação** acumulada em 12 meses pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Outros 16,7% das negociações tiveram recomposição de perdas inflacionárias.

Não houve registro de reajustes salariais abaixo da **inflação** no mês. Com os resultados de dezembro contabilizados, o Dieese calcula que 77% das negociações no ano passado trouxeram ganhos acima da **inflação** para os trabalhadores.

Em 17,3% dos casos houve reajuste igual à **inflação** do período e em 5,7% a negociação ficou abaixo da **inflação**. No total foram contabilizados 19,53 mil reajustes pela entidade em 2023 e a variação real média ficou em 1,11%.

A indústria foi o setor com maior proporção de aumento real no ano passado, chegando a 82,2%. Em seguida aparecem os segmentos de serviços com 79% e comércio com 56,4%.

Em relação aos reajustes abaixo do INPC, tanto indústria e comércio apresentaram taxas similares, com cerca de 5% cada, enquanto nos serviços a proporção foi de 6,7%.

O Dieese destacou ainda que especificamente em dezembro a variação real média dos reajustes foi de 1,52%, índice acima do observado nas quatro últimas negociações que resultaram em 0,82% em novembro, 0,81% em outubro, 0,87% em setembro e 1,06% em agosto.

Entretanto, segundo relatório do Dieese, "é preciso relativizar a informação devido ao ainda baixo número de registros de dezembro". É esperada inserção de mais dados relativas ao último mês de 2023.

17,3% Este foi o índice de negociações com recomposição de perdas, mas sem aumento real.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-aa55a0b1a18d86f1a5a961a0e567efaa.pdf

Qualidade dos investimentos no País é baixa

DANIELA MACIEL

Realizado pelo Fórum Econômico Mundial, em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), a pesquisa "Futuro do Crescimento" mostra o Brasil em cima da média mundial e com uma dificuldade preocupante em inovação. O estudo tem como objetivo analisar, de forma multidimensional, o andamento e a qualidade do crescimento econômico dos países, assim como os caminhos de desenvolvimento tomados por diferentes nações.

O crescimento é medido pelo Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita e sua variação nos últimos cinco anos. A escolha do indicador tem relação com adoção de uma medida que realmente traga um resultado mais adequado para os ganhos de produtividade, uma vez que países populosos podem ter **PIB** alto, mas que não resultam em riqueza para os cidadãos.

Para analisar o potencial de crescimento, o relatório observa quatro pilares: inovação, inclusão, sustentabilidade e resiliência, segundo os aspectos talento, recursos financeiros, pesquisa e tecnologia e institucional como subitens. Os indicadores são combinados para formar uma pontuação geral em uma escala de 0 a 100 pontos.

O Brasil, com **PIB** per capita PPP (paridade poder de compra) de USD\$ 16.402 (cerca de R\$ 81.000) considerado no relatório como um país do grupo de renda média alta, registrou, durante o período de 2018 a 2023, um crescimento de 1,22% no **PIB**. Em termos de qualidade desse crescimento, o País obteve pontuações de 41,8 em Inovação, 55,3 em Inclusão, 55 em Sustentabilidade e 52 em Resiliência.

Segundo o diretor do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da FDC, Hugo Tadeu, o resultado brasileiro não destoa muito da média mundial, porém precisa ser aprimorado por meio de políticas públicas e estratégias organizacionais que enfrentem os principais desafios atuais.

"Durante muito tempo entendemos crescimento apenas com base nos resultados econômicos, mas diante dos desafios atuais, precisamos pensar na qualidade desse crescimento.

Avaliar como ele alcança as pessoas e se estamos construindo a base para um crescimento futuro sustentável. As médias mundiais nos pilares analisados ficaram em torno de 50, indicando um

grande espaço para crescimento e desenvolvimento.

O Brasil fica mais ou menos nessa média, mas o mais preocupante é a baixa qualidade dos investimentos em inovação que, para nós, deve ser o motor para os outros três pilares", explica Tadeu.

País deixa inovação escapar - Na pesquisa "Futuro do Crescimento", o Brasil apresenta alguns destaques positivos que podem potencializar um crescimento promissor frente a macrotendências, como, por exemplo, a disponibilidade de recursos hídricos (100) e a maior concentração de oferta de alimentos (100). A forte produção agrícola do País amplia a resiliência a eventos que impactam o suprimento desses recursos básicos.

A infraestrutura de telecomunicações é outro elemento que se sobressai e pode apoiar o desenvolvimento de negócios e a promoção de inclusão e sustentabilidade no País. O 5G habilita ganhos de produtividade e o estabelecimento de novas tecnologias. Os resultados do País indicam boa presença de capital e custo reduzido em tecnologias da informação e comunicação (TICs), bem como boa cobertura de rede móvel.

Por fim, a matriz energética brasileira, seja pela sua diversificação relativa bem como pelo investimento em energia renovável, coloca o Brasil em uma posição vantajosa frente a tendências crescentes de transição energética e descarbonização.

Do outro lado, a construção de uma agenda para o futuro de crescimento do Brasil, deve considerar alguns pontos de atenção que precisam ser endereçados nos próximos anos, considerando os esforços de instituições públicas e privadas: Propriedade intelectual: para avançar no tema, além das publicações científicas que se destacam frente à média global é necessária a produção de conhecimento em forma de patentes e marcas comerciais, fomentando a aplicação e proteção de ativos capazes de gerar riqueza para empresas e o País.

Além disso, o maior desenvolvimento de patentes verdes, associado a tecnologias que minimizem impactos ambientais e promovam a sustentabilidade, são essenciais para o crescimento brasileiro futuro no contexto de transição energética e crises climáticas.

Maior inclusão no sistema financeiro: o Brasil precisa melhorar a distribuição de riquezas e renda e

ampliação do acesso a contas bancárias pela população. Relacionado à desigualdade de renda, o investimento em educação se apresenta como ação indispensável para reverter esse cenário.

Além disso, a redução da desigualdade financeira também está associada ao percentual da população adulta que ainda não possui acesso à conta bancária no Brasil. Apesar de avanços inovadores do Banco Central com a homologação do Pix e desenvolvimento da nova moeda digital brasileira Drex, essas novas soluções e outros serviços financeiros não são acessados por parte da população.

Qualificação e requalificação: as macrotendências digitais estão transformando de maneira significativa as habilidades necessárias para que as empresas permaneçam competitivas e operem efetivamente no cenário de transformação digital.

A pesquisa previu que 44% das habilidades dos trabalhadores no Brasil devem sofrer alterações nos próximos cinco anos e que 60% da força de trabalho atual vai necessitar de treinamentos. Por isso, é imperativo que as empresas adotem uma agenda para o aperfeiçoamento de competências existentes (upskilling) e de aquisição de competências totalmente novas para se adaptarem ao novo ambiente da transformação digital (reskilling).

"Estamos andando de lado, sem gerar valor. Um país não se desenvolve pelo **PIB**, mas pela renda per capita. Por sorte temos um mercado interno pujante porque as nossas exportações não são suficientes. O volume de investimento em inovação não é proporcional ao tamanho do Brasil. Não adianta ter publicações científicas se elas não viram patentes e produtos.

O País precisa urgentemente discutir um plano estratégico de longo prazo para termos um crescimento que nos sustente", alerta o professor da FDC.

"Estamos andando de lado, sem gerar valor. Um país não se desenvolve pelo **PIB**, mas pela renda per capita. Por sorte temos um mercado interno pujante"

Política pública ainda não tem maturidade no Brasil

Quando analisados transversalmente - não com base nos quatro pilares de crescimento (Inovação, Inclusão, Sustentabilidade e Resiliência), mas nos cinco ecossistemas estruturantes (ecossistema de talentos, ecossistema de recursos, ecossistema financeiro, ecossistema tecnológico e ecossistema institucional - os indicadores brasileiros mostram que o País enfrenta significativas fragilidades no ecossistema tecnológico,

com pontuação média de 37,1.

A fragilidade no ecossistema tecnológico, que se reflete nos indicadores de impacto, como percentual de exportações de serviços avançados (com apenas 1,5% do **PIB** ou 8,1 pontos), no registro de patentes (2,4 pontos) ou de marcas (com 13 pontos), não faz jus aos significativos investimentos em P D realizados no país (1,2% do **PIB**). É certo que esse volume ainda é baixo quando comparados com os países mais desenvolvidos (Coreia do Sul 4,8%, EUA 3,4%, Japão 3,3% Suíça 3,2%), mas são importantes na comparação com outras nações latino-americanas (Chile 0,3%, México 0,3%) e mesmo com as grandes economias emergentes (Índia 0,7%, África do Sul 0,6%), refletindo o empenho e a continuidade das políticas de fomento e investimento em PD I no País.

Outros mecanismos podem ser utilizados, como o estímulo à cooperação internacional do setor de tecnologia, promovendo a participação de pesquisadores, empreendedores e empresas brasileiras em eventos e feiras internacionais, estabelecendo parcerias estratégicas com outros países e a criação de programas de incentivo para a adoção de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e descarbonização, em setores estratégicos da economia. O foco destas ações deve ser a abertura de novos negócios e geração de riqueza para o Brasil.

"Se não fizermos investimentos em inovação, não vamos crescer. Ainda não temos o nível de profundidade técnica adequado. Isso tem a ver com o estado indutor, que discute ciência para gerar riqueza: patentes e negócios.

Ainda pensamos em quantidade e não em qualidade.

Países que crescem são os que têm reservas cambiais. E isso vem de uma agenda baseada em produção e crescimento.

A Coreia cresceu porque investiu em educação de qualidade.

Precisamos estimular um ambiente de negócios baseado em setores em que somos competitivos como o agro, mineração, energia, financeiro, por exemplo. Não dá para fazer tudo. Devemos entender em que somos bons, aumentar o nosso nível de poupança e criar uma política de longo prazo que permita transformar nossas potencialidades em diferenciais competitivos", destaca o diretor do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da FDC, Hugo Tadeu. (DM)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

Concentração de renda aumenta no País

Rio - Pesquisa publicada no Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) com base no imposto de renda mostra que os mais ricos estão concentrando cada vez mais renda no Brasil. O estudo foi elaborado pelo economista colaborador Sérgio Wulff Gobetti, que não é integrante do Ibre/FGV.

Entre as evidências mais importantes da análise, destaca-se no período recente o crescimento da renda dos muito ricos a um ritmo duas a três vezes maior do que a média registrada por 95% dos brasileiros. "O que, ao que tudo indica, a confirmar-se por estudos complementares, elevou o nível de concentração de renda no topo da pirâmide para um novo recorde histórico, depois de uma década de relativa estabilidade da desigualdade", diz a pesquisa.

O levantamento divide os estratos em o milésimo (0,1%) mais rico, o 1% mais rico, os 5% mais ricos e os 95% restantes da população adulta (com 18 anos ou mais de idade). "E o que se vê é que, além dos mais ricos terem, em média, maior crescimento de renda do que a base da pirâmide, a performance é tanto maior quanto maior é o nível de riqueza", conclui o pesquisador.

Ou seja, enquanto a maioria da população adulta teve um crescimento nominal médio de 33% em sua renda no período de cinco anos, marcado pela pandemia, a variação registrada pelos mais ricos foi de 51%, 67% e 87% nos estratos mais seletos. Entre os 15 mil milionários que compõe o 0,01% mais rico, o crescimento foi ainda maior: 96%.

Como resultado disso, a proporção do bolo apropriada pelos 1% mais rico da sociedade brasileira cresceu de 20,4% para 23,7% entre 2017 e 2022, mais de quatro quintos dessa concentração adicional de renda foi absorvida pelo milésimo mais rico, constituído por 153 mil adultos com renda média mensal de R\$ 441 mil em 2022.

Os resultados da análise com base nos dados do imposto de renda servem de alerta sobre o processo de reconcentração de renda no Brasil e sobre os vetores que mais contribuem para isso: os rendimentos isentos ou subtributados que se destacam como fonte de remuneração principal entre os super ricos.

"Em resumo, ainda é cedo para avaliar se o aumento da concentração de renda no topo é fenômeno

estrutural ou conjuntural, mas as evidências reunidas reforçam a necessidade de revisão das isenções tributárias atualmente concedidas pela legislação e que beneficiam especialmente os mais ricos", finaliza o texto. (ABr)

IGP-10 avança 0,42% em janeiro, diz FGV

São Paulo - O Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) subiu 0,42% em janeiro, começando o ano com desaceleração ante a alta de 0,62% do mês anterior, em meio a arrefecimento nos preços ao produtor, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) ontem.

O avanço registrado em janeiro ficou ligeiramente abaixo da expectativa em pesquisa da Reuters de alta de 0,43%, e levou o índice a acumular queda de 3,20% em 12 meses.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede a variação dos preços no atacado e responde por 60% do índice geral, avançou 0,42% em janeiro, de 0,81% em dezembro.

"Combustíveis, açúcar e soja explicam a desaceleração do índice ao produtor", disse o coordenador dos índices de preços, André Braz, embora tenha alertado que o óleo diesel agora já atingiu o ápice do último reajuste autorizado pela Petrobras. "Nas próximas apurações, o diesel terá uma contribuição menor para o arrefecimento da taxa do IPA." O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-10), por sua vez, que responde por 30% do indicador geral, acelerou a alta para 0,46% neste mês, contra 0,22% em dezembro.

"Destaca-se o reajuste das mensalidades escolares, que devem impulsionar ainda mais a taxa do IPC ao longo de janeiro", explicou Braz.

Entre os grupos componentes do IPC de maior impacto no mês, Alimentação acelerou a alta de 0,40% para 1,41%, enquanto Educação, Leitura e Recreação passou de ganho de 0,97% para 1,37%.

Enquanto isso, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) teve alta 0,39% em janeiro, depois de variação positiva de 0,01% no mês passado.

O IGP-10 calcula os preços ao produtor, consumidor e na construção civil entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência.

Dados recentes do IBGE mostraram que a **inflação** ao consumidor brasileiro medida pelo IPCA - referência para a meta a ser perseguida pelo BC encerrou 2023 com alta acumulada de 4,62%, voltando a ficar abaixo do teto do objetivo depois de dois anos seguidos de estouro. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impressa/>